

**ATA DE REUNIÃO**

<b>Data:</b>	<b>Local:</b>
25/08/2016	Sala de Reunião da Gerência de Marketing da FTVM

**Assunto:** SEXTA REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR PROGRAMA ACESSO PÚBLICO

<b>Participantes:</b>	<b>Ausentes:</b>	<b>Duração:</b>
a) pela Diretoria de Programação e Produção; Membro titular: Leandro Silva Lopes e suplente: Ana Tereza Brandão. b) pela Diretoria de Jornalismo; Membro titular: Túlio Ottoni. c) pela Gerência de Marketing e Comunicação Social; Membro titular: Aldanny Guimarães Rezende. d) pelos servidores da Fundação TV Minas; Membro titular: Bruno Diniz Neves e) Observadores: Fabiano Caldeira Mello e Luis Cristiano Portella	b) Gerência do Núcleo Transmídia;	18:00 - 19:00

**Pauta:**

- 1 – Tempo na grade para o mês de Setembro;
- 2 – Proposta submetida a essa reunião;
- 3 – Análise da continuidade da interprogramação dos VTs aprovados na primeira e segunda reunião.

**Materiais apresentados / arquivos:**

## ASSUNTOS TRATADOS

<b>TÓPICOS</b>	<b>QUEM</b>
1 – Grade do mês de setembro	

*B*

Com a entrada a partir do dia 26 de agosto do programa eleitoral gratuito a nossa interprogramação sofrerá um impacto muito grande, serão 140 inserções diárias de 30 segundos, se todos os partidos entregarem todas as suas inserções que tem direito, com isso, se faz necessário o debate da redução e adequação dos tempos de inserções reservadas ao programa acesso público.	Leandro
Sugeri que não se encerrasse as inserções do acesso público mesmo no período eleitoral, e que houvesse uma redução, mas que mantivesse o programa no ar.	Aldanny
Opinou que devíamos ampliar a divulgação do programa acesso público na nossa interprogramação, mesmo que tenha que haver a redução das inserções.	Bruno
Reduzir o número de inserções das campanhas que estão no ar pode ser uma questão a ser avaliada.	Ana e Túlio
Aguardar resposta do Ângelo e marcar reunião extraordinária para ter mais precisão e poder tratar o assunto.	Todos
<b>2 - Propostas submetidas a essa reunião</b>	
Primeira proposta: Associação dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais.	

13

<p>Ao apresentar proposta da Associação dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais pela senhora Simone Pio, Ana solicitou ao Bruno que desse a sua opinião sobre a proposta.</p>	<p>Aldanny</p>
<p>Disse que não há no regulamento do acesso público ou no estatuto nada que desabonasse essa veiculação. A analogia feita ao MST foi sobre a veiculação da inserção que foi feita após a autorização da gerência de marketing e a direção da casa, que analisassem o VT do MST e a partir daí aprovasse ou não.</p>	<p>Bruno</p>
<p>Não consegue ver nenhum espaço para o que projeto possa entrar nos planos do acesso público. Não tem pertinência em relação a estar no plano 2 de apoio a produção cultural. Levando em consideração o plano assistencial, não consegue ver no texto do comunicado nenhuma pega dentro do projeto. É uma proposição não assinada. Ao dizer, os servidores da Rede Minas, se torna muito genérico. Não tem caráter informativo e educativo, e não tem plano para se encaixar no acesso publico.</p>	<p>Aldanny</p>
<p>Não cabe seguir a linha do MST, pois eles estavam divulgando uma feira.</p>	<p>Ana e Aldanny</p>
<p>Ele não é verídico. Quando fala que está sendo conduzido sem o consentimento do trabalhador é algo que não é verdade.</p>	<p>Túlio</p>
<p>Levar o VT, a ata e o debate ao conselho curador para análise do proponente, pois é algo a ser refletido, é equivocado e delicado, por ser uma TV pública, são regras a serem repensadas. Considera antiética a participação de Bruno e seu posicionamento. Questiona que se um membro quiser apresentar algum projeto, como isso deve ser analisado.</p>	<p>Ana</p>
<p>Como membro e telespectador se fosse algo que convidasse a um debate poderia até se pensar, mas da maneira que o texto e a forma que é feita, não sei se colabora, é um posicionamento de alguém.</p>	<p>Leandro</p>
<p>Diz que não proferiu voto, e que apenas manifestou sua opinião, e que se deve responder</p>	<p>Bruno</p>

ao solicitante o porquê de não ser aprovado, essas questões que poderiam embasar o solicitante.	
Profissionais da TV fazerem uma peça desta é decepcionante.	Ana

B

<p>É necessário ter assinatura além das características já citadas. Deveria ser debatido como o espaço para esse tipo de peça seria construído, e qual alternativa a TV daria para esse projeto e outros futuros.</p>	<p>Luis, observador.</p>
<p>No caso, existe uma questão da comunicação pública. Uma audiência de se fazer esse comunicado chegar ao público por conta de uma avaliação de um esgotamento de negociação, de tentativa de interlocução e de não resposta do governo. Justifica-se pela necessidade de comunicar a população e é legítima ao meu modo de ver.</p>	<p>Fabiano, observador.</p>
<p>Deve-se amadurecer, é complexo, mas deveria ser encaminhado ao conselho curador.</p>	<p>Ana</p>
<p>Deve analisar e se entender que tradicionalmente o trabalhador se manifesta em seu local de trabalho. O nosso local de trabalho é físico, na sede, e utilizando a tela da televisão.</p>	<p>Luis, observador.</p>
<p>Existe uma organização para que os profissionais possam se manifestar. O trabalho e o produto é de todo mundo. É preciso repensar o espaço. Nosso local de trabalho é público.</p>	<p>Ana</p>
<p>A Rede Minas exerce a comunicação pública, inclusive colocando no seu jornalismo as manifestações que ocorrem contra o governo, e também as que ocorrem pelos servidores da Rede Minas, que em todas as vezes que houve manifestações elas foram para a tela da televisão por meio do seu enfoque jornalístico, e não por meio do programa acesso público que não é lugar para esse tipo de comunicado.</p>	<p>Túlio</p>
<p>O acesso público não é um espaço para debate político. Não vejo isso como o que está previsto no programa, e vale revisar o estatuto. É necessário amadurecer.</p>	<p>Ana</p>
<p>Aprovando o projeto gera um direito de resposta para o governo, e o acesso público não é o espaço para isso, além de que comunicados como este há de se ter certeza se a informação contida é verdadeira.</p>	<p>Túlio</p>

B

Se houvesse uma abordagem como o Leandro apresentou, poderia viabilizar?	Luis, observador.
Sugere que caso for do interesse do comitê gestor encaminhar a diretoria da casa conforme regulamento do programa acesso público, e que fosse criado ou não, uma linha nesse sentido dentro do programa para comunicados de interesse político, corporativos ou sindicais.	Aldanny
Abriu processo de votação votando pelo indeferimento da aceitação dessa proposta, por não conter em nenhuma linha do programa acesso público. Túlio e Leandro acompanham o voto.	Aldanny
Abstenção por fazer parte da direção ASPREM.	Bruno
<b>3 – Análise da continuidade da interprogramação dos VTs aprovados na primeira e segunda reunião.</b>	
Sugere a suspensão de todas as campanhas institucionais.	Aldanny
Sugere manter até quinta-feira às inserções que estão no ar. Mantendo até quinta-feira a programação não ficaria sem o acesso público. Acompanhado pelo voto dos 3 conselheiros do comitê gestor.	Bruno
Questionam a atuação do núcleo transmidia e sugerem levar ao conselho curador, mudança no estatuto e a alteração dos integrantes do núcleo transmidia na representação no comitê gestor do acesso público.	Ana e Bruno
Convocação de reunião extraordinária dia 31, quarta-feira às 17 horas, discussão sobre espaço na grade, inserções das campanhas institucionais no acesso público.	Todos

Assinaturas: